

**A LUTA PELO DIREITO AO TRABALHO NAS EMPRESAS RECUPERADAS  
PELOS/AS TRABALHADORES/AS NO BRASIL E NA ARGENTINA**

Maria Alejandra Paulucci<sup>1</sup>

**Resumo:** A década de 1990 se caracterizou por importantes mudanças na vida social, política e econômica na maioria dos países de América Latina. A adoção por parte dos governos de medidas econômicas de inspiração neoliberal resultou em graves transformações na indústria, levando a um retrocesso das conquistas trabalhistas e um aumento dos índices de desemprego. Essas mudanças impulsionaram o surgimento de diversos movimentos sociais, com diferentes reivindicações e com propostas alternativas de sobrevivência ante a crise econômica. É dentro deste contexto que nascem as empresas recuperadas pelos/as trabalhadores/as (ERTs), inseridas também no re-surgimento do cooperativismo no âmbito global. Estas iniciativas se apresentam como uma forma de resistência ao desemprego, diante do crescimento acentuado das falências das empresas. Assim, mulheres e homens ocupam, resistem e recuperam coletivamente as fábricas nas quais trabalhavam com o intuito de defender sua fonte de trabalho. A proposta deste trabalho é apresentar, por um lado, o cenário atual das empresas recuperadas no Brasil e na Argentina. Por outro lado, desvendar as inovações e estratégias sociais implementadas pelos/as trabalhadores/as no cotidiano dos processos de recuperação com o intuito de sobreviver, lograr sustentabilidade e legitimidade em seu caminho de luta em um contexto adverso.

**Palavras chaves:** Empresas Recuperadas– Autogestão – Trabalho associado.

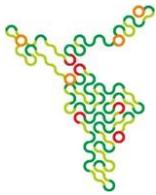
**THE FIGHT FOR THE RIGHT TO WORK IN COMPANIES RECOVERED BY  
WORKERS IN BRAZIL AND ARGENTINA**

**Abstract:** The 1990s were characterized by important changes in social, political and economic life in most countries in Latin America. The adoption by governments of improving neoliberal inspiration has resulted in serious transformations in the industry, leading to a retrogression of labor achievements and an increase in unemployment rates. the economic crisis. It is within the context that the companies recovered by the workers (ERTs) are born, also inserted in the re-emergence of cooperativism in the global scope. These initiatives are presented as a form of resistance to work, before the sharp growth of corporate failures. Thus, women and men collectively occupy, resist and recover the factories in which they worked in order to defend their source of work. The proposed work is to present, on the one hand, the current scenario of recovered companies in Brazil and Argentina. On the other hand, to unveil the innovations and social strategies implemented by non-daily workers in the recovery processes in order to survive, achieve sustainability and legitimacy in their struggle in an adverse context.

**Keywords:** Recovered Companies - Self-Management - Associated work.

---

<sup>1</sup> Pós-doutoranda do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo sul Catarinense (UNESC), Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



## **Introdução**

No Brasil se registram as primeiras experiências de ERTs durante a década dos anos 80.<sup>2</sup> Não obstante, foi uma década depois quando surgem com mais força como consequência da grave crise econômica que se apresenta com altos índices de desemprego e aumento da informalidade. Um processo similar aconteceu na Argentina, onde as primeiras experiências surgiram finais dos anos 80 na zona sul de Grande Buenos Aires, quando a seccional Quilmes da União Obreira Metalúrgica (UOM) impulsionou a formação de cooperativas com o objetivo de resgatar algumas fabricas metalúrgicas falidas. Duas décadas depois com a brutal crise econômica, social e política que estourou

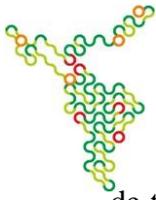
experiências se sustentam ao longo dos anos com vários tipos de avanços, desafios, contradições, tanto na produção quanto na organização do trabalho. Assim como o decorrer dos anos, estas experiências estão em permanente definição e redefinição, com disputas constantes, tanto no interior da unidade produtiva quanto no âmbito externo. Em outras palavras, elas estão em permanente construção e se apresentam com muitas oscilações, devem ir ao ritmo das circunstancias sociopolíticas e econômicas que vão se apresentando e devem lutar diariamente para se sustentar em um contexto adverso.

Pelo mencionado, consideramos que as estratégias adotadas pelas/os trabalhadoras/es nas ERTs não podem ser analisadas de uma forma rígida e/ou linear, como se fossem processos inalteráveis, pois uma de suas peculiaridades é que estão continuamente se transformando, ou seja, são processos dinâmicos.

Tanto no Brasil como na Argentina as ERTs abrangem práticas e identidades diversas, no entanto todas as experiências nascem diante a necessidade e como alternativa para enfrentar o desemprego. Ponderamos que a análise das ERTs pode ser dividida principalmente em dois momentos. No primeiro momento, as/os trabalhadoras/es adotam uma atitude defensiva, com o principal objetivo de preservar seus empregos frente à falência ou pré-falência da empresa onde trabalham. Esta solução não nasce com o intuito

---

<sup>2</sup> Podemos destacar os seguintes casos: COMTERN (Cooperativa Mista dos Têxteis do Rio Grande do Norte, 1982), Rio Grande do Norte; COOPERMINAS (Cooperativa de Extração de Carvão Mineral dos Trabalhadores de Criciúma, 1988), Santa Catarina; CALÇADOS MAKERLY (1991) localizada na cidade de Franca, São Paulo. Para maior informação sobre estas experiências ver: Sardá de Faria, 1997. fins do ano 2001 as ERTs se multiplicaram em diversas cidades do país, convertendo-se num fenômeno nacional que recebeu amplo apoio da sociedade civil.



de transformar a realidade social ou como uma atitude ofensiva contra o capital, senão simplesmente como fim estratégico.

No segundo momento, o processo de recuperação converte-se em um ato que envolve uma nova proposta de ação coletiva e movimento social, com inovações sociais em um contexto adverso. Perante o desafio de administrar as unidades produtivas, as/os trabalhadoras/es buscam apoio e estabelecem alianças e parcerias com outros atores sociais, tais como dirigentes políticos e sindicais, pesquisadores, e inclusive pessoas da sociedade civil.

Deste modo, o objetivo inicial de preservar os postos de trabalho como alternativa ao desemprego ganharia progressivamente um significado político ligado a uma proposta de democratização das relações sociopolíticas e econômicas, e onde as práticas autogestionárias e formação de cooperativas surge como estratégia central para dar continuidade aos empreendimentos.

Para realizar este trabalho tomamos como eixo de nossa análise as seguintes perguntas: quais são as inovações político-sociais e econômicas que se implementam no âmbito produtivo das empresas recuperadas?; Em que medida os empreendimentos que nascem desde forças defensivas e de resistência frente à expulsão do capital são capazes de gerar alternativas à ordem social capitalista?; Quais são os desafios que enfrentam?; Estes desafios permitem consolidar os processos transformando-lo numa luta ofensiva?

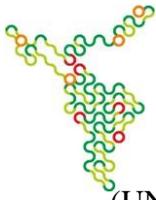
### **Principais características do fenômeno das ERTs**

Junto com outros pesquisadores que formamos parte do Grupo de pesquisa sobre as empresas recuperadas<sup>2</sup> realizamos entre 2011 e 2012 uma pesquisa de abrangência nacional sobre o universo das experiências de recuperação de empresas pelos/as trabalhadores/as no Brasil.<sup>3</sup>

Um dos primeiros desafios foi identificar quantas ERTs existiam e estavam funcionando. Realizamos um longo trabalho de pesquisa, pois acreditávamos que as informações e listagens da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

---

<sup>3</sup> O GPERTs é um grupo multidisciplinar e interinstitucional, formado atualmente por pesquisadores das seguintes universidades: UFRJ, CEFET, UNIRIO, UFRN, USP, UFVJM, UNESC, UNICAMP e UFRB. Realizamos em 2011- 2013 com financiamento do CNPq o projeto de pesquisa intitulado “Fábricas e Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores: Diagnóstico das Experiências Brasileiras”.



## Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação

*Produção e democratização do conhecimento na Ibero-América*

(UNISOL) e pela Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG) eram imprecisas e estavam desatualizadas. Utilizamos dados antigos dessas entidades e o mapeamento nacional de Economia Solidária<sup>4</sup>, além da estratégia da “bola de neve”, perguntamos às experiências visitadas se conheciam outras iniciativas para além daquelas que estavam listadas.

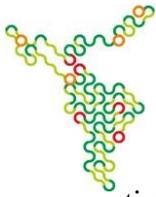
Já com todas as informações, organizamos as visitas a 56 ERTs com a finalidade de conhecer as unidades produtivas e aplicar um questionário aos trabalhadores (da diretoria e da produção) baseado no modelo original utilizado no mapeamento das ERTs na Argentina, com algumas adaptações. No questionário foram abordados os seguintes temas: dados gerais da empresa, início dos processos de recuperação, organização do trabalho, aspectos legais, produção, relação com o mercado e crédito, relação com o sindicato e os movimentos sociais, relação com o Estado, a comunidade e a e segurança do trabalho, entre outras questões.

Finalizada a pesquisa em 2013 concluímos que existiam 67 casos de ERTs em funcionamento, 78 casos de recuperação haviam sido encerrados. Logo, em 2017 nosso grupo de pesquisa decidiu coletivamente realizar um esforço, mesmo sem recursos financeiros, para atualizar os dados das ERTs no Brasil. Nesta oportunidade, conseguimos coletar todas as informações com informantes-chaves, por telefone ou e-mail, por vezes com a própria empresa ou com sindicatos e prefeituras locais, pois não tínhamos a possibilidade de realizar novamente às visitas às ERTs.

Decerto, com este segundo levantamento constatamos que com a crise econômica e política que se instaurou no Brasil a partir de 2013 muitas ERTs fecharam suas portas. Dos 67 casos que havíamos mapeado no primeiro relevamento em 2011-2013, conseguimos confirmar o encerramento de 20 experiências. No entanto, nem todas estas experiências apresentaram uma parada completa das atividades produtivas, pois houve casos em que os ativos foram vendidos para empresários, o que conseqüentemente não se configura uma nova recuperação nos moldes que analisamos, pois não foram realizadas pelos/as trabalhadores/as da empresa. Houve dois relatos de empresas em que as

---

<sup>4</sup> A pesquisa realizada se inspirou e tomou como base de referencia os sucessivos levantamentos das ERTs realizados na Argentina (Ruggeri et al., 2005, Ruggeri et al., 2010; Fajn, 2004). Os resultados desse esforço coletivo de pesquisa foram publicados no livro: *Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil*, de 2013, ed. Multifoco.



## Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação

*Produção e democratização do conhecimento na Ibero-América*

atividades produtivas foram continuadas, todavia com outro nome e apenas por alguns dos/as trabalhadores/as, seguindo o modelo de gestão da iniciativa privada.

Com esses dados, concluímos que cerca de 30% das experiências mapeadas entre 2011 e 2013 deixaram de existir em 2017. Isto se diferencia do o que acontece na Argentina, pois, segundo o último informe realizado pelo “Programa de Facultad Abierta” em maio de 2017<sup>5</sup>, houve nos últimos anos um aumento de casos de ERTs. Segue a tabela com os dados da quantidade de ERTs ao longo de anos.

Ano	Nº ERTs
2002	128
2004	169
2010	251
2013	324
2017	367

Fonte: Elaboração da autora

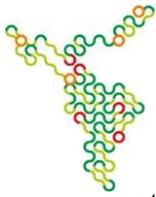
Podemos constatar, também, com base nos mapeamentos realizados na Argentina que o encerramento de casos de ERTs é relativamente baixo: desde 2002 até 2016 apenas 43 cerraram, o que significa que a taxa de mortalidade é de aproximadamente 1 de cada 10.<sup>6</sup> Este dado, também, se diferencia do que acontece no Brasil, que como foi mencionado anteriormente, nos últimos anos no houve um aumento no número de ERTs, senão pelo contrario, muitas se vieram obrigadas a fechar ou interromper a produção. Vale mencionar que no Brasil houve algumas tentativas de recuperação de empresas e apenas uma consolidou-se. Deduzimos que isto se deve, principalmente, à falta de políticas públicas e movimentos sociais que possam dar apoio e informação às iniciativas. Esta situação também defere com as experiências Argentinas, pois tanto os sindicatos quanto diversos movimentos e organizações sociais, e inclusive a comunidade, oferecem apoio e se solidarizam com as/os trabalhadores em luta pelo seu emprego.

Com relação ao ramo que ocupam as 67 ERTs brasileiras analisadas no primeiro levantamento constatamos que, 30 casos, ou seja, quase a metade (45%) é do ramo

---

<sup>5</sup> Na Argentina, a equipe do “Programa Faculdade Aberta” da Faculdade de Filosofia e letras da Universidade de Buenos Aires, coordenado por Andrés Ruggeri, realiza os levantamentos nacionais das ERTs desde 2002.

<sup>6</sup> Las empresas recuperadas por los trabajadores en los comienzos del gobierno de Mauricio Macri, 2016. Disponível em: <http://www.recuperadasdoc.com.ar/informe-mayo-2016.pdf>.



metalúrgico. O ramo têxtil é o segundo mais frequente, compreendendo 11 empresas (16%). Em seguida, destacam-se 9 empresas do ramo alimentício (13%) e 7 empresas que atuam na indústria química e do plástico (10%). As empresas restantes estão distribuídas em uma maior diversidade de ramos de atividade (hotelaria, educação, cerâmica, papel, calçados) (Henrique et al, 2013). Esta relação da distribuição se mantém na última pesquisa realizada em 2017, pois 27 ERTs são metalúrgicas, 8 têxtil, 6 do setor gastronômico, 5 químicas, 2 do setor hoteleiro, 1 minera, 1 que produz açúcar e álcool, 1 que fabrica móveis e 1 de vidro.

A situação na Argentina não difere do Brasil, pois a maioria das ERTs pertencem ao rubro metalúrgico 61 casos, (19%), em segundo lugar as gráficas com 31 casos (9,97%), logo as têxtil com um total de 26 ERTs (8,36%), e, finalmente há casos no rubro gastronômico, químico, plástico, vidro, construção.<sup>7</sup> Verificamos, analisando os dados dos levantamentos realizados nos anos anteriores que, desde o ano 2010, a importância relativa das metalúrgicas está diminuindo.

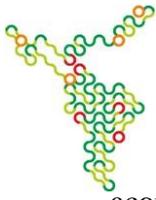
No que diz respeito à localização geográfica das ERTs, verificamos que a maioria das experiências brasileiras está concentrada nas regiões: sueste (55%) e sul (32%), ou seja, nos estados mais industrializados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo. Também há experiências em outras regiões do país, nordeste (10%) e norte (3%) (Henriques, et.al 2013).

As ERTs Argentinas também se concentram em determinadas regiões, por exemplo: grande Buenos Aires (112 casos), CABA (Cidade Autônoma de Buenos Aires) 70 ERTs, interior de Buenos Aires (46) e logo Santa Fe (26 casos); os restos das experiências se distribuem em todo o país. Nos últimos anos se verifica uma maior distribuição geográfica, pois existem experiências em 21 dos 24 distritos do país, sendo que nos primeiros levantamentos se confirmou que a maioria das estavam concentrada em Buenos Aires e Grande Buenos Aires.

As principais causas que levaram aos trabalhadores brasileiros a recuperar a empresa foram: a cessação do pago e o incumprimento dos direitos laborais (43 %), a demissão das/os funcionárias/os (23%), a falência da empresa (15%), o processo de esvaziamento (15%) e outras causas (4%) (Henrique et al. 2013). Da mesma forma que

---

<sup>7</sup> Idem. esta cada vez menos industrial, pois efetivamente existe uma maior diversificação de sectores econômicos e um aumento de casos de ERTs dentro do ramo dos serviços.



acontece no Brasil, na Argentina as principais causas que originaram o processo de recuperação foram a conduta empresarial tendente a esvaziamento e o fraude laboral em detrimento dos postos de trabalho junto à capacidade produtiva das empresas.

A maior parte das experiências de ERTs, tanto as Argentinas quanto as Brasileiras, os operários que trabalham no chão de fábrica são os que iniciam o caminho da recuperação. Isto se deve, em ambos os países, principalmente, porque são eles os que frente à iminência de ficar desempregados têm menores chances de entrar novamente no mercado de trabalho<sup>8</sup>. Ao mesmo tempo, são em geral os que maior quantidade de anos de trabalho tem dentro da empresa. Eles conhecem o processo de produção, a organização do trabalho, e fundamentalmente operar o maquinário. Não obstante, na hora de dar início à produção depois de recuperada e começar a administrar a unidade produtiva se enfrentam com muitas dificuldades e obstáculos de diversos tipos: econômicas, gerenciais, técnicas e tecnológicas, além das culturais.

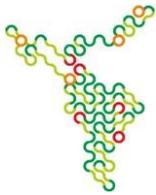
Diante as dificuldades que se apresentam cotidianamente e com o intuito de garantir o direito ao trabalho as/os trabalhadoras/os recorrem à ajuda externa com o objetivo de colocar novamente as empresas em funcionamento, como, por exemplo: sindicatos, movimentos sociais, dirigentes políticos, e inclusive a vizinhança. O apoio externo foi fundamental para dar continuidade à luta. Em muitos casos, foi o sindicato que colocou a proposta de formar uma cooperativa, ofereceu recursos econômicos e deu apoio para negociar com os donos da empresas, com a polícia e com juízes. Também a comunidade foi fundamental, oferecendo cestas básicas para os trabalhadores e suas famílias, dando apoio nas mobilizações, e inclusive acampando junto com os trabalhadores como “guardiães dos meios de produção”, para impedir que a polícia e os donos das empresas retirassem o maquinário da empresa. Esta medida de força se apresenta como um câmbio na modalidade de realizar uma protesta, deixando a um lado as formas tradicionais de luta sindical, como foram as greves históricas, tanto no Brasil quanto na Argentina.

### **Principales innovaciones adoptadas por las ERTs**

---

<sup>8</sup> A maioria está com avançada idade (40-50 anos) e quase por se aposentar.

empresas em funcionamento, como, por exemplo: sindicatos, movimentos sociais, dirigentes políticos, e inclusive a vizinhança. O apoio externo foi fundamental para dar continuidade à luta. Em muitos casos, foi o sindicato que colocou a proposta de formar uma cooperativa, ofereceu recursos



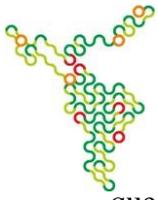
Conforme Ruggeri (2005) no desenvolvimento e no exercício das ERTs surgem práticas de inovação social que, sem pensar em mudanças tecnológicas ou de organização da produção, conseguem esboçar estruturas empresariais com padrões diferentes do modelo empresarial capitalista. A essas rupturas do conceito de empresa o autor chama “inovações sociais”.

O conceito de inovação compreende as estratégias e métodos adotados pelas/as trabalhadoras/es para estabelecer empresas de um novo tipo, em um complexo processo destinado a promover unidades produtivas fora dos caminhos pautados pela organização econômica capitalista. Estas inovações sociais vão além do fato da gestão coletiva; trata-se principalmente da abertura social da empresa, da socialização do segredo empresarial, da constituição de redes solidárias, de quebrar com a estrutura hierárquica tradicional.

Um aspecto importante a registrar é que a maior parte das ERTs, tanto as Argentinas (95%) quanto as Brasileiras (57 casos), optaram por formar uma cooperativa de produção ou de trabalho depois de recuperar a unidade produtiva. Vários autores destacam que a opção de constituir uma cooperativa não se deve a uma decisão ideológica e sim a um contexto sociopolítico favorável nesta direção, pois em ambos os países existem políticas públicas de incentivo e apoio ao cooperativismo (Fajn, 2003; Rebón, 2006; Ruggeri, 2005).

Deve se levar em consideração que a formação de uma cooperativa é a saída judicial com maior facilidade para dar continuidade à empresa anterior e permite que o empreendimento seja juridicamente responsável para poder realizar as transações econômicas e financeiras necessárias para continuar com a produção e as vendas. No entanto, o processo costuma ser demorado, desgastante, burocrático e na maioria dos casos envolve ações judiciais.

Contudo, verifica-se que o fato de formar uma cooperativa implica um processo de aprendizagem complexo e diário que também abrange múltiplos aspectos práticos e laborais que influenciam na construção da subjetividade das/os trabalhadoras/es, que transitam o caminho da transformação de deixar de ser trabalhador/a- assalariado/a para converter-se em trabalhador/a associado/a. Isso, implica necessariamente a construção de nova identidade, assim como nos aspectos práticos assumir novas responsabilidades e ser, principalmente, sujeitos de experiências coletivas. Dita ação se transforma num processo



## Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação

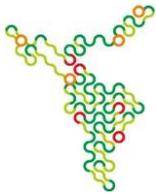
*Produção e democratização do conhecimento na Ibero-América*

que renova o saber simbólico - cultural e se desprendem ações orientadas aos entendimentos, construção de uma identidade coletiva- não é uma questão automática senão um processo pedagógico que se constrói intersubjetivamente.

Vejamos isso melhor, com o novo papel como associada/o- cooperada/o, e com uma gestão democrática dentro das unidades produtivas as/os trabalhadoras/es devem tomar decisões sobre as questões referentes ao funcionamento da cooperativa, ou sejam não só produtivos, senão também administrativos e de gestão. Podemos mencionar como exemplo algumas das novas tarefas que devem assumir as/os trabalhadoras/es: planejar as metas de produção, decidir sobre a política de investimento e modernização do maquinário, organizar as retiradas dos trabalhadores, realizar as compras da matéria prima, escolher fornecedores e negociar com eles e se vincular com os clientes.

Pelo fato de ser cooperativas autogestionadas os mecanismos de decisão se realizam de forma democrática e coletiva. O mecanismo utilizado freqüentemente são as assembléias onde se delibera com uma freqüência mensal ou anual no caso das experiências brasileiras, e 44% das Argentinas mencionaram que realizam assembléias semanais e 35% dos casos mensais. Isto não significa necessariamente que exista uma garantia de maior autonomia (capacidade de decidir, de dirigir, controlar e de auto-governarse). No entanto, é importante salientar que ao integrar a cooperativa muitas/os das/os experimentam pela primeira vez em suas vidas o gozo de direitos iguais para todos/as, o prazer de poderem se expressar livremente e de serem escutados/as, e o orgulho de perceber que suas opiniões são respeitadas e pesam no destino do coletivo, assim como também a construção de sua própria cidadania, na medida em que começam a exigir sua participação e inclusão nas decisões políticas.

Ao longo de todo o processo de recuperação as ERTs enfrentaram e enfrentam diariamente diferentes entraves para viabilizar suas atividades produtivas produzir e colocar os produtos a venda e subordinar-se ao jogo das oscilações do mercado: dificuldades na comercialização de seus produtos; baixa produtividade do processo de produção; dificuldades para aceder a crédito bancário; a falta de investimento na formação de seus trabalhadores para o desenvolvimento de novas competências fundamentais para a manutenção e renovação da cooperativa. Com relação às mudanças nas relações



## Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação

*Produção e democratização do conhecimento na Ibero-América*

de produção e organização do trabalho, a maioria dos casos brasileiros mencionaram que com a nova gestão houve uma descentralização do poder e dos cargos hierárquicos. Também aludiram à ampliação da colaboração entre as/os trabalhadoras/es; a implementação de rodízio nas funções; maior flexibilidade (com os horários, funções e postos de trabalho); câmbios nos usos dos espaços, maior autonomia, liberdade e acesso à informação (contas, dívidas, gastos); inclusive há existência de uma distribuição do saber-poder dentro da cooperativa (Henrique, et al 2013; Paulucci, 2014).

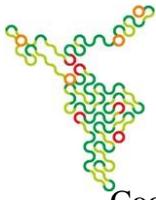
Nas experiências Argentinas de ERTs existem distinções no que se refere à atuação política e comunitária, que quase não sucede nas brasileiras. A relação das/os trabalhadoras/os quebrando os muros das fábricas permitiu a construção de novos significados ao espaço de trabalho. De fato, muitas das ERTs, além de funcionar como unidade produtiva, adquiriram com o tempo uma responsabilidade social. Muitas das ERTs cedem espaços dentro das fábricas para que funcionem centros culturais, escolas, centros de saúde, bibliotecas e várias atividades comunitárias. A abertura da fábrica é uma forma de retribuir todo o apoio recebido à comunidade, nos primeiros momentos da recuperação, assim como também tomar uma atitude solidária a favor da vizinhança. Desta forma, a fábrica converte-se num espaço comum, aberto para toda a comunidade, um lugar de encontro e aprendizagem (Ruggeri, et at. 2011; Rebón, 2007).

Nas ERTs brasileiras existe um distanciamento com a comunidade, com o movimento de Economia Solidária, assim como também com outros movimentos sócias. Inclusive, quase não existem ações sociais, por fora dos muros das empresas brasileiras, obstaculizando desta forma a possibilidade de envolver associações comunitárias localizadas perto de suas instalações.

A falta de vínculos entre as ERTs dificulta a busca de soluções e estratégias conjuntas e as coloca em uma situação maior de vulnerabilidades. Esta característica se apresenta como uma das

principais diferenciais com as experiências Argentinas, assim como também um completo desconhecimento desta estratégia de luta por parte da população em geral.

Na Argentina existem várias organizações que representam às ERTs, sendo que quase o 80% dos casos forma parte de algum dos movimentos. Os mais representativos são: o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER), o Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas por seus Trabalhadores (MNFRT), a Federação Argentina de



Cooperativas de Trabalhadores Autogestionados (FACTA), a Associação Nacional de Trabalhadores Auto-gestionados (ANTA), que forma parte da Central de Trabalhadores da Argentina (CTA) e a Federação de Cooperativas de Trabalho da província de Buenos Aires (FEECOOTRA).

Com ajuda dos movimentos sociais e a pressão sobre o governo conseguiram interpelar ao Estado, reivindicar reformas de lei de falência, diálogo com funcionários e representantes políticos, assim como também a possibilidade de participar em estruturas político-partidárias.

### **Novos desafios para as ERTs**

Nos últimos dois anos próximos se ha produzido um cambio abrupto, tanto na Argentina quanto no Brasil, com a chegada ao poder da aliança “Cambemos” com Mauricio Macri e com o presidente e Michel Temer (PMDB)<sup>9</sup>, respectivamente.

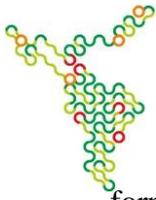
Como foi mencionado anteriormente, a nova etapa transita o regresso às políticas neoliberais causando a mais grave recessão econômica dos últimos 20 aos. Em forma imediata as políticas neoliberais implementadas pelos governos em curto prazo provocaram um desmantelamento do Estado com a consequente: caída dos salários, aumento do desemprego, o feche de pequenas empresas y uma abrupta perca do poder aquisitivo da população Inevitavelmente, todas estas medidas afetam em maior medida aos sectores mais vulneráveis. Em ambos os países os direitos e proteções sociais das/os trabalhadoras/es estão continuamente sendo atacados.<sup>10</sup>

Na Argentina, as principais medidas econômicas adotadas desde a assunção do novo governo há consistido em: desvalorização da moeda, abertura das importações e, a consequência destas a grande dificuldade para que os produtos nacionais compitam dentro do mercado. Além disso, a eliminação das subvenções estatais das empresas

---

<sup>9</sup> Asumió como presidente en Agosto de 2016 luego de la destitución de la presidente Dilma Rousseff (2012-2016), mediante un golpe institucional llevado a cabo por el proceso de *impeachment*.

<sup>10</sup> Durante os governos anteriores as demandas das experiências das ERTs deixaram de estar isoladas, e se colocaram na realidade institucional, política e social mais ampla e atravessada por diversas forças sociais, integrando-se nas políticas do Estado. Não obstante, com o governo de Mauricio Macri y Michel Temer, a rede institucional e as políticas que eram a favor das ERTs são anuladas. Podemos mencionar como exemplo, o veto da lei de expropriação a favor das ERTs na Cidade de Buenos Aires, e atualmente houve alguns casos na Provincia de Buenos Aires. Nos últimos meses a prefeita da Provincia de Buenos Aires, María Eugenia Vidal, vetou a expropriação das seguintes ERTs: Cooperativa de Precisão Limitada (CDP), ex Rench, localizada em Don Torcuato; metalúrgica Raimat de Quilmes, e a Petinar



# Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação

*Produção e democratização do conhecimento na Ibero-América*

fornecedora de luz, gás, e água há provocado exorbitantes aumentos nas tarifas entre 400% e mais de 1.000%, que pesam sobre os ombros, tanto de particulares quanto de pymes e/ou empresas recuperadas.

Argentina vive o aumento nos insumos, uma baixa no consumo, e uma inflação que já supera a taxa de 30% e projeta uma inflação anual de 50%. Estas medidas econômicas e suas conseqüências, por se mesmas bastante alarmantes, constituem uma pequena mostra dos acontecimentos negativos que vivem milhões de argentinas e argentinos neste momento.

No Brasil, podemos destacar que uma das primeiras medidas adotadas por Michel Temer ao tomar o poder foi eliminar a Secretaria Nacional da Economia Solidaria (SENAES)<sup>11</sup>, que funcionava dentro do Ministério de Trabalho e tinha como dirigente a uma das principais figura representativas do movimento da Economia solidaria e social brasileiro: Paul Singer.<sup>12</sup>

De fato, tanto os fatores macroeconômicos junto com a hostilidade governamental e judicial, tanto na Argentina quanto no Brasil, há afetado o desempenho das ERTs.

## **Considerações finais**

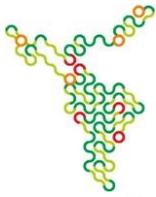
Este trabalho buscou dar “novos passos” para uma maior compreensão do fenômeno das ERTs. Em nosso entender, os processos autogestionários nas ERTs podem ser instrumentos para transformações sociais em direção a uma sociedade mais justa e equitativa. Seu potencial democrático, igualitário, coletivo, emancipatório e solidário constitui-se como espaços onde se questione a lógica patriarcal produtivista acumulativa e capitalista. A riqueza das unidades recuperadas não consiste apenas na sua produtividade, senão em seu caráter de mecanismo de inclusão social; por tanto, a importância reside no lugar desde donde construir uma cidadania e garantir a participação dos mais desfavorecidos.

Mesmo, levando em conta o fato de que as experiências de ERTs são incipientes

---

<sup>11</sup> Criada em julho de 2003, durante o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), com o objetivo de fortalecer as atividades econômicas organizadas coletivamente pelas/os trabalhadoras/os com princípios da autogestão.

<sup>12</sup> Desde o ano 2003 foi o titular da SENAES. Sociólogo e Economista, membro fundador do Partido dos Trabalhadores (PT). Entre muitas de suas contribuições no mundo acadêmico, podemos mencionar a criação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares em 1998 na Universidade de São Paulo.



## Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação

*Produção e democratização do conhecimento na Ibero-América*

em relação à alteração da lógica capital e da organização do trabalho, buscamos principalmente valorizar as experiências existentes, com a firme convicção de que a autogestão é um processo em construção permanente e que permite às mulheres questionar e inovar seus papéis.

As eventuais mudanças adotadas nas ERTs convivem com elementos culturais de trabalho hierarquizado e de divisão do trabalho, que são resquícios da organização anterior, mas isso não implica na inexistência de elementos para criar um novo modelo de gestão e de relações de trabalho. Acreditamos que as iniciativas de ERTs podem criar espaços intermediários entre o privado/doméstico e a vida pública, entre o trabalho remunerado e o não remunerado, podendo contribuir para a superação desses bloqueios por que: criam espaços de discussão, reflexão,

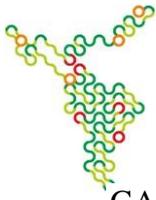
deliberação e reivindicações coletivas.

Na proposta de autogestão, existe a possibilidade de viabilizar a dignidade da existência do/da trabalhador/a, e na produção, com base de uma visão que prevalece a lógica do desenvolvimento humano através do trabalho, se contrapondo à lógica de reprodução do capital. Deste modo, entendemos que o que mobiliza as ERTs e as diferencia das empresas capitalistas não é a acumulação do excedente por uma classe social, e sim a reprodução do trabalho coletivo, como uma ação coletiva mediante práticas inspiradas em fins solidários e políticos.

Para fortalecer esta estratégia de luta das/dos trabalhadores/as é preciso dar visibilidade às experiências, com seus ganhos e desafios. Embora o horizonte que se apresenta para as/os trabalhadoras/es seja incerto, observa-se que, ao longo de todo o processo de luta, em muitos dos casos das ETRs, estes conseguiram recuperar seus trabalhos, a unidade produtiva e, sobretudo, manter sua união em organizações maiores, encontrando novas alianças e redes dinâmicas. Finalmente, e pela experiência destes últimos anos passando acompanhando o processo, as ERTs continuam se apresentando como casos paradigmáticos no conjunto de outras experiências, dentro da Economia Social e Solidária, para pensar e praticar novos modelos de produção e organização do trabalho.

### Referências

DUAIBS, Raquel. **Algumas questões sobre as fábricas recuperadas no Brasil: da luta às dificuldades**. Revista da Abet, volume 12, nº 1, 2013.



## Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação

*Produção e democratização do conhecimento na Ibero-América*

GAUDENCIO FILHO, Pedro; BASTOS, Ana C. N.; GOUVEIA, Alessandra B de M. O discurso dos principais atores sociais com inserção no campo educativo de Rio Formoso - PE sobre a categoria qualidade da educação. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. Criciúma, v. 6. n. 8, 2020. DOI: <https://doi.org/10.29327/211653.6.8-1>

HENRIQUES, Flávio Chedid; SÍGOLO, Vanesa Moreira; RUFINO, Sandra; ARAÚJO, Fernanda Santos; NEPOMUCENO, Vicente; GIROTO, Mariana Baptista; PAULUCCI, Alejandra; **Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.

HENRIQUES, Flávio Chedid; BANDEIRA DE AZEVEDO, Alessandra; SÍGOLO, Vanessa Moreira; RUFINO, Sandra; ARAÚJO, Fernanda Santos; NEPOMUCENO, Vicente; CASTRO MOTA, Beatriz; MIRANDA, Andrielle; PAULUCCI, Alejandra. Segundo levantamento das Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil. Trabalho apresentado no VI Encontro Internacional Economia de los/as trabajadores/as, realizado na cidade de Pigue, Buenos Aires, Argentina, Agosto 2017.

PAULUCCI, M. Alejandra. **O Internacionalismo e as Fábricas Recuperadas**. Dissertação do Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

PAULUCCI, M. Alejandra. **Novos olhares: de trabalhadores assalariados a trabalhadores cooperados. Um estudo sob a caminhada de luta dos trabalhadores das empresas recuperadas do Brasil**. Teses de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

RUGGERI, A.; MARTÍNEZ, C.; TRINCHERO, H. **Las empresas recuperadas en Argentina**. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 2005.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

VIEITEZ, Candido Giraldez; DAL RI, Neusa Naria. **Trabalho Associado: Cooperativas e empresas de autogestão**. Rio de Janeiro: DPA, 2001.

Informe del Relevamiento entre Empresas Recuperadas por los Trabajadores 2003; Las empresas recuperadas por los trabajadores en los comienzos del gobierno de Mauricio Macri, 2016.